

GT 1:

A cidade nas ciências sociais: teoria, pesquisa e contexto

Coordenadores: Heitor Frúgoli Junior (USP) Laura Graziela Figueiredo Fernandes Gomes (UFF)

Aventuras antropológicas nas cidades brasileiras: na trilha das trajetórias acadêmicas das antropólogas “urbanas” Eunice Durham e Ruth Cardoso

Cornelia Eckert
Ana Luiza Carvalho da Rocha

Introdução

Em 2007, tivemos a oportunidade de apresentar neste GT o *paper* intitulado *Narradores urbanos: etnografias nas cidades brasileiras*, pesquisa desenvolvida no âmbito do nosso projeto Banco de Imagem e Efeitos Visuais, LAS, PPGAS, IFCH e ILEA, UFRGS (www.biev.ufrgs.br), consolidado no objetivo de tratar da memória coletiva e trajetórias urbanas nas cidades brasileiras. Naquela ocasião, abordamos os aspectos teóricos e metodológicos do projeto “filmico” que retraza o percurso de conformação do pensamento antropológico sobre a cidade moderna brasileira, tendo como foco central a trajetória intelectual de “antropólogos urbanos” no Brasil ao interpretarem a cidade pesquisada. Nesta trajetória, a série situa o personagem do antropólogo a partir de seu lugar de habitante de uma grande metrópole, através do convite para um deslocamento pela narrativa de suas experiências intelectuais e acadêmicas, no tempo e no espaço. Em seu *métier* de pesquisar a cidade colocam-se como personagens que elaboram um olhar teórico-conceitual geracional em torno do viver a cidade no mundo contemporâneo, estratégia encontrada para a leitura da produção sobre experiência etnográfica entre a cidade e o seu narrador, o antropólogo.

Em 2007, enfocamos as trajetórias dos antropólogos brasileiros Gilberto Velho (Museu Nacional, UFRJ) e Ruben Oliven (UFRGS). Apresentamos esses estudos no formato de uma série documental que viabiliza o reconhecimento de uma “estilística” da antropologia (Cardoso de Oliveira, 1995, 177 a 189) em seus estudos *da e na* cidade pela sua potencialidade de gerar conhecimento sobre o viver no contexto urbano em suas reflexões conceituais neste campo.

Dando continuidade a este projeto, agradecemos aos coordenadores desse GT a oportunidade de apresentar o resultado de nosso trabalho sobre as trajetórias interpretativas de Eunice Durham e Ruth Cardoso.

O suporte filmico de trazer os antropólogos urbanos brasileiros como personagens que narram suas pesquisas percorrendo a complexidade do conhecimento simbólico

produzido *em* e *sobre* nossas cidades, ressoa nas múltiplas interpretações das experiências de habitar nestes contextos. Com esta motivação persegue-se o acesso ao excedente de sentidos (Ricoeur, 2000 e Cardoso de Oliveira, 1995: 177 a 189) que não nega as noções que compreendem a cidade (família, migração, pobreza, homogeneidade, heterogeneidade, deslocamento, pedaço, violência, fala do crime, polifonia, desordem, estilo de vida, sujeitos psíquicos ou éticos, resistência, franja, heterogeneidade) mas não o legitima em uma lógica explicativa. Antes é dado um tratamento semântico nos documentários, abrindo para múltiplos jogos de interpretação, os acontecimentos do saber e da prática antropológica.

Personagens de uma comunidade interpretativa

Com um diálogo sistemático com as ciências sociais e políticas, as antropólogas Ruth Cardoso e Eunice Durham em São Paulo, são pioneiras em inserir questionamentos da tradição antropológica, no contexto da cidade em relação ao fenômeno urbano nos anos 60. No Rio de Janeiro, como mostramos alhures, a partir de 70, Roberto Da Matta e Gilberto Velho (que orientaram nos PPGAS do Museu Nacional UFRJ e na UFF), também passam a dar destaque a uma linha de pesquisa que viria a se consolidar na antropologia brasileira, seja na denominação de estudos sobre a sociedade urbana no Brasil seja como antropologia das sociedades complexas no Brasil. Também nos anos 70 (1974) em Porto Alegre, essa linha de pesquisa foi inaugurada por Ruben George Oliven no programa de especialização em antropologia na UFRGS.

Desde então, uma geração de antropólogos foram formados por esses precursores, consolidando uma estilística de pesquisa *das* e *nas* cidades brasileiras (Cardoso de Oliveira 1995: 179)¹, configurando essa produção como “crítica e cosmopolita” (Rabinow, 1999: 100). Suas pesquisas trazem as pistas do tratamento semântico que deram ao tema da condição de vida no contexto urbano, confrontando as aprendizagens de paradigmas tradicionais e contemporâneos na abordagem da “ação” e da “representação” de indivíduos e grupos sociais na formação da sociedade capitalista no país. Temas como mudança e reprodução social, formação de uma sociedade multi-étnica, conflitos urbanos e poder político, relações de trabalho e do cotidiano,

¹ Como “estilo” analisamos as imagens do tempo que configuram o conteúdo dinâmico da imaginação criadora de diferentes autores que foram desafiados a compreender o fenômeno urbano a partir da interpretação antropológica do viver nas cidades brasileiras como Ruth Cardoso, Eunice Durham, Ruben Oliven, Gilberto Velho, José C. Magnani, Tereza Caldeira, Antônio Arantes, Alba Zaluar, Hélio R. S. Silva entre outros.

construção social da identidade e das distinções sociais, do desvio e da marginalização de minorias, da pessoa e do indivíduo, da vida na família, na comunidade, na rede social, bem como da fragmentação das relações sociais, da dilaceração dos valores simbólicos tradicionais e do aumento da violência, da carestia, etc, marcam a predominância dos problemas sociais que se colocavam como *démarche* para os estudos intelectuais. Nesse processo estava em jogo analisar a desarticulação do sistema tradicional de produção econômico e social no país, a emergência de um estado capitalista e democrático e a resistência às políticas militarizadas e ditatoriais no contexto latino americano, que ocorreriam nessa conjuntura.

A construção de um campo interpretativo de antropologia urbana no Brasil

Os anos 30 a 50 no Brasil são conhecidos pela consolidação dos estudos sociais como o surgimento das faculdades de Filosofia e Ciências Humanas nos grandes centros do país como São Paulo e Rio de Janeiro. Nestes centros circularam professores eminentes como Roger Bastide, Emilio Willems, Claude Lévi-Strauss, Radcliffe-Brown, Donald Pierson, Herbert Baldus, Eduardo Galvão, Arthur Ramos, René Ribeiro, Egon Schaden, Florestan Fernandes, Darcy Ribeiro sobre o tema da cultura e da sociedade associados aos estudos etnológicos sobre etnicidade. Recife é outra importante referência a partir dos estudos de Gilberto Freyre.

Nestes centros universitários, podemos identificar os mentores do pensamento antropológico, sistematicamente revisitados no que compõem hoje uma vastíssima obra de artigos e livros, onde não se pode negligenciar o papel da Anpocs como fórum dessas reflexões.

No Brasil dos anos 50 a 60, com significativa influência dos estudos culturalistas e funcionalistas, eclodem estudos sobre o tema das mudanças sócio-culturais advindos dos processos de imigração/migração e aculturação. Os empreendimentos etnográficos já eram referência metodológica da maior importância, não somente nas expedições voltadas para o estudo das sociedades indígenas, mas nas cidades de pequeno porte na forma de estudos de comunidade. João Baptista Borges Pereira (1994) aponta os nomes de Emilio Willems e Egon Schaden como precursores de estudos sobre o impacto de mudanças sócio-econômicas pelo estudo de comunidades rurais, sobretudo tratando da aculturação de imigrantes alemães e japoneses no Brasil. Na esteira destes mestres se constata a formação de sociólogos e antropólogos. Florestan Fernandes deve ser aqui a principal referência no campo sociológico. Na cidade de São Paulo desenvolve pesquisa

sobre folclore e etnia, sobretudo sobre a situação do negro (na condição pós abolição da escravatura) discriminado tanto pela ideologia dos latifundiários em crise quanto pela ideologia do capitalismo emergente (Melatti, 1984: 16-17).

Neste período é importante destacar a influência direta que a sociologia no Brasil recebe dos ensinamentos da Escola de Chicago. A presença de Donald Pierson no Brasil, certamente teve peso nessa difusão, aluno que foi de Robert Park e de Louis Wirth, mentores intelectuais das inovações sobre o estudo do fenômeno urbano introduzidos por esse movimento. Mariza Corrêa, em seus livros publicados sobre antropologia brasileira, traz inúmeros depoimentos desses intelectuais estrangeiros e brasileiros, que relatam esse processo de construção das Ciências Sociais e da Antropologia no Brasil entre os anos 1930 a 1960.

É muito instigante, entre outros, o depoimento de Donald Pierson, já estabelecido em São Paulo a partir de 1939 quando a convite do diretor da Escola de Sociologia e Política, organiza a disciplina “Métodos e Técnicas de Pesquisa Social”, e começa a orientar uma série de “pequenos estudos na cidade de São Paulo” (Corrêa, 1987: 43) e não há como não destacar aqui o “laboratório à la Chicago” que Cruz das Almas foi para uma geração de alunos (*Cruz das Almas: a Brazilian village*, Smithsonian Institution, 1951), exercício de campo que envolveu cientistas sociais que consolidarão a pesquisa sociológica no Brasil. Essa conjuntura é densamente descrito no relato de Pierson (Corrêa, 1987), mas também evidenciado nos depoimentos de Juarez Rubens Brandão Lopes para Licia do Prado Valladares (2005). Brandão também relata a proximidade com que as disciplinas de antropologia e sociologia se constituíram nesse período no Brasil e a sistemática influência recebida pela Escola de Chicago. Uma influência que marcará os estudos sobre a cultura objetiva e subjetiva, sobre o individualismo e a pessoa moderna, na perspectiva de uma sociologia das formas sociais fundada por Georg Simmel e retomada pela Escola de Chicago, e mais tarde a influência dos interacionistas que Gilberto Velho destaca em seu depoimento para Valladares (2005).

Na Antropologia Egon Schaden tem duas alunas e as influencia ao estudo sobre aculturação. Ruth Cardoso e Eunice Durham são “orientadas” respectivamente para tratar dos imigrantes japoneses e italianos e iniciarão seus estudos sobre o impacto dos deslocamentos de trabalhadores do campo para a cidade, sobretudo grupos étnicos e seus rearranjos de formas de vida na cidade. Mesmo interessadas no tema indígena, explica Eunice em seu depoimento que para seu orientador, “não era recomendável às

mocinhas, aventuras perigosas em terras indígenas longínquas”. Como pondera Eunice Durham em artigo escrito para livro organizado pela ABA “com a urbanização e a industrialização, a população rural igualmente se tornou um ‘outro’, que passou a invadir e inchar as nossas cidades” (Durham, 2006: 93). No processo de conformação de uma massa de trabalho formal e informal na cidade, emergem os conflitos pela segregação, discriminação e desigualdades relacionadas as diferenças sociais e de classe, que ergue novos desafios às ciências sociais.

Este serão temas caros à geração de antropólogos formados nos anos 60 seja nestes centros universitários seja no exterior. Estes intelectuais articularão referências teóricas e conceituais oriundos de diferentes paradigmas. Para Melatti (1984), a Antropologia Urbana emerge no período como área de pesquisa importante no âmbito da comunidade antropológica tendo por temas predominantes a análise dos processos de migração rural-urbana e as condições de vida do proletariado nas situações de periferia como nas favelas. Em seguida também se destacam estudos voltados para camadas médias, sobretudo no que tange os valores urbanos, as formas de sociabilidade (Peirano, 1999: 242) ou problemas sobre as acusações de desvio (influência do interacionismo simbólico com Goffman e Becker) e o reconhecimento do necessário engajamento dos trabalhos científicos a favor de minorias. A questão do poder se colocava como um impasse a ser tratado pela pesquisa atenta as transformações sociais e do Estado nacional, tendo por projeto compreender a construção da realidade social brasileira nesta conjuntura a partir da formação histórico-econômica e política da nação.

A família a caminho da cidade

Realizamos a entrevista com a Professora Eunice Ribeiro Durham na sua sala, no Nupes, USP em 2004. Para a elaboração do roteiro de entrevista, não conhecíamos ainda o livro *A dinâmica da cultura*, organizado por Omar Ribeiro Thomaz e prefaciado por Peter Fry, que reúne a obra da Professora e a situa em uma discussão atual. Hoje este livro é importante referência para interpretar o trabalho de Eunice Durham.

Eunice Ribeiro Durham, diz não ser uma apaixonada por São Paulo, “não sou bairsta, e tenho muitas críticas a essa cidade”. É com essa imagem de São Paulo que perante nossa câmera, inicia seu depoimento. Mas é nessa cidade que por razões familiares se enraíza e, sendo São Paulo, desde cedo, um importante centro universitário (com doutorado desde 1934), é nessa cidade que desenvolve sua formação acadêmica.

Eunice Durham inicia seus estudos no curso de Ciências Sociais na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras em 1951. Como escreve Eunice, este é um período de consolidação da premissa do relativismo cultural contra os preceitos evolucionistas, no pós Guerra. O “inovador” na época era “o funcionalismo nas suas diferentes vertentes social e cultural, britânica e americana”, avançando aspectos iniciados na teoria e metodologia de Emile Durkheim (Durham, 2004: 20). No Brasil, repercute o trabalho funcionalista de Florestan Fernandes (tese de doutorado *A função social da guerra na sociedade tupinambá* e livre docência *Ensaio sobre o método de interpretação funcionalista na sociologia*). Na USP, Eunice cita ainda a influência de Emílio Willems, que introduz os estudos de comunidade de “inspiração funcionalista norte-americana” (Durham, 2004: 21). Willems, em seu relato publicado no citado livro de Mariza Corrêa (1987) destaca que na época para difundir o funcionalismo e o culturalismo, foi fundamental a circulação da revista *Sociologia* (1939) que organizou com a colaboração de Herbert Baldus e de Donald Pierson e que conhece significativo impacto sob a direção de Oracy Nogueira (Escola de Sociologia e Política, 1949). Willems, como sabem, realiza um importante estudo de comunidade em Cunha publicado em 1948 (*Uma vila brasileira*, tb. 2edição 1962). Mas os estudos de comunidade já conheciam fortes críticas na academia: “desse modo, criticou-se amplamente o pressuposto da integração (cultural ou social) e seu efeito inibidor no tratamento do conflito social, sua incapacidade de apreender a mudança e, conseqüentemente, a formulação de uma visão imobilista e por isso mesmo conservadora da realidade social” (Durham, 1986: 23).

Em 1961 a 1964 realiza seus estudos na USP sob a orientação de Egon Schaden. Sua pesquisa é então sobre os imigrantes italianos, sua movimentação entre o contexto rural e urbano e sua assimilação em uma cidade paulista: *Mobilidade e assimilação: A história do imigrante italiano num município paulista*, defendido em 1964. Em continuidade, sua tese de doutorado defendida com Schaden em 1967 (*Migração, Trabalho e Família. Aspectos do processo de integração do trabalhador de origem rural à sociedade urbano-industrial, Ano de Obtenção: 1967*), trata da migração de famílias rurais para o contexto da cidade em busca do trabalho assalariado. O eixo temático “migração, trabalho e família no contexto urbano” já é indício de uma das mais importantes linhas de pesquisa na antropologia nessa geração.

Para Eunice não foi o fenômeno urbano que ocupou suas preocupações, mas este é o contexto de muitos problemas sociais a serem tratados pelo método etnográfico e por noções antropológicas herdadas de paradigmas então em voga: estrutura social,

organização social, relações culturais e simbólicas. Como argumenta em artigo de 1986: “trata-se de pesquisas que operam com temas, conceitos e métodos da antropologia, mas voltados para o estudo de populações que vivem nas cidades. A cidade é, portanto, antes o lugar da investigação do que seu objeto” (Durham, 1986: 19).

Eu fiz mais uma antropologia na cidade do que uma antropologia da cidade

Essa afirmação é reveladora de uma diferenciação colocada em relação a difusão dos preceitos difundidos pela Escola de Chicago do estudo sobre o fenômeno urbano. Mas, reúne, dessa Escola a influência “de pensar a observação participante no contexto urbano” (Valladares, 2005:12 citando Whyte, 1943) e já nos abre para a compreensão da influência na sua obra dos ensinamentos malinowskianos sobre fazer pesquisa no contexto:

Os temas nesse contexto refletem a *démarche* intelectual e a tendência da época como postulava Florestan Fernandes: “desvendar os processos de desintegração da vida tradicional rural e a formação de uma sociedade capitalista” (Fry in Durham, 2004: 11).

Conforme Eunice:

Eu nunca na verdade me dediquei ao fenômeno urbano. Eu, para mim, o urbano sempre foi o contexto na qual eu estudava outros problemas. Então tanto é que eu não creio que eu tenha desenvolvido nenhuma metodologia, nenhuma conceituação que não fosse, digamos uma metodologia, uma conceituação que a própria antropologia propunha de modo geral. [Eu fiz mais uma antropologia na cidade do que uma antropologia da cidade]. Eu comecei a estudar o que se passava na cidade a partir do meu mestrado. Eu fiz a minha dissertação para o mestrado sobre a migração italiana para SP. Então naquele tempo a gente já estava no fim do período de estudos de comunidade. Eu sequer fiz propriamente um estudo de comunidade, eu fiz um estudo da imigração italiana. Eu tratei dos italianos na zona rural e na cidade. Então a cidade entrou aí como um dos contextos nos quais os imigrantes italianos se moviam e dentro do qual eles constituíam uma trajetória e realizaram uma mobilização social muito significativa e acabaram inteiramente assimilados.

Quando eu comecei esse trabalho, na verdade era um pouco reconstrução histórica. A migração já havia terminado há bastante tempo e eu estava trabalhando em grande parte com a segunda e a terceira geração. Havia ainda uns velhos italianos que eu havia entrevistado. Pude mostrar o que havia de diferente e o que havia de comum nessas duas trajetórias, a trajetória na zona rural e a trajetória na zona urbana e como elas estavam intimamente integradas uma com a outra, com a constante passagem e com a construção de uma nova sociedade que a própria migração dentro do sistema novo de agricultura capitalista estava criando. Os imigrantes italianos são parte fundamental desse processo e, inclusive, em termos da criação de uma classe média rural e urbana, além de um processo de substituição de uma liderança paulista tradicional por uma elite já de origem italiana. E na verdade, todo um processo de miscigenação, aculturação, acumulação, como tudo isso estava misturado. Então aí entra o problema do urbano. Mas não entro nesse tema para analisar o crescimento das cidades médias no Brasil, ou o problema da cidade média. Não, para mim a cidade era o contexto.. E na verdade, eu não usei nenhuma conceituação diferente para estudar o imigrante na zona rural e na zona urbana.

As determinações sócio-econômicas de proletarização são então relacionadas as formas específicas de formação do estado político após a condição de escravidão que marcara os ciclos econômicos do país para uma condição de proletarização, no processo

de industrialização e formação da massa de trabalho urbana. Os novos papéis sociais desempenhados na consolidação de uma nova elite econômica será centro das preocupações suas e de seu núcleo de pesquisa. Os estudos antropológicos eram marcadamente interdisciplinares. Argumenta Eunice na entrevista:

Para tratar da passagem da sociedade tradicional paulista para análise da sociedade paulista emergente recorria-se à sociologia, demografia, geografia, história, economia, etc.

Para Eunice, o tema da transformação é de fato o mote de fundação de uma antropologia brasileira: a transformação para uma cidade moderna após a liberação dos escravos. Entender a sociedade brasileira em transformação, a partir de um olhar antropológico, que com seu método singular poderia “interpelar a cada um de nós sobre nós mesmos e sobre a nossa sociedade” (Durham, 2007:224). Para Eunice, a questão da imigração italiana era um tema relevante para tratar a partir do valor de conhecimento antropológico e fundamental para se entender o processo da urbanização e da industrialização, das novas possibilidades de mercado com todo o peso da herança tradicionalista.

Nós estávamos dentro da Faculdade de Filosofia naquela época, uma passagem muito importante que eu chamo do estudo da sociedade tradicional para o estudo da sociedade emergente. Na sociologia [...] começam estudos sobre o operariado, se estudava a escravidão antes e se passou a estudar o operariado; se estudava as grandes propriedades territoriais e se passou a estudar o empresariado. A noção de sociedades em classe entrou de uma forma muito pesada e a imigração italiana entrava dentro desse processo de análise de transformação. Eu acho que na Faculdade de Filosofia da época nós passamos bem da reconstrução da sociedade tradicional paulista para análise da sociedade paulista emergente. E isso nos grandes campos, não só na Antropologia. A Antropologia está muito marcada pela presença da sociologia em todo esse período, inclusive da geografia, como o trabalho de Pierre Monbeig “Pioneiros e plantadores de São Paulo”, uma denuncia a marcha do progresso no período cafeeiro. Esse é um trabalho absolutamente maravilhoso. Aliás, era um geógrafo humano, não era um antropólogo, mas o trabalho dele era muito parecido como que a gente estava fazendo em Antropologia também, este processo de abertura do território.

Por um lado, uma aproximação que se refere a influência que as ciências sociais conhece, no período, da teoria marxista. Ou, mais do que isso, a forte politização dos intelectuais das ciências sociais a partir dos anos 60, que tentava dar conta das transformações de classe, em especial, no processo de imigração da zona rural para a zona urbana. Essa será, sobretudo, uma guinada para a sociologia. Já na antropologia “a incorporação da crítica ao funcionalismo não resultou na delimitação de um novo campo metodológico comum” (Durham, 1986: 23). Mas, por outro lado, diferenças de método e universo se colocavam:

Para nós da antropologia estava muito claro que nós tínhamos uma divisão muito razoável, os sociólogos ficam estudando o processo de urbanização e a gente ficava estudando as pessoas. Fazia um

estudo de base antropológico de modo de vida, de transformação de modo de vida. E assim eu trabalhei com as periferias urbanas muito tempo.

Para a antropóloga, a teoria marxista não respondia a todas as perguntas que levantava sobre questões de ordem cultural e simbólica, por exemplo. Não se tratava apenas de um processo de migração, mas de refletir sobre questões que envolviam temas como família, parentesco, religião, enfim, de transformações não só econômicas, mas de ordem igualmente sociais e culturais.

E basicamente não é um grande problema a partir da década de 70, mas já um pouco na década de 60 são os mitos marxistas, porque todas as minhas pesquisas, na verdade, não se encaixavam numa interpretação marxista. Não que eu fosse contra o marxismo e tivesse feito a minha pesquisa para combater o marxismo. Muito pelo contrário, eu tive que fazer um esforço enorme para poder dialogar com os marxistas, porque, imagine, naquela época falar em família era uma coisa horrível. Família era inteiramente retrógrado. Socialmente todo mundo queria acabar com ela, a não ser nas classes mais tradicionais, da elite tradicional. De modo que era um tema que para os marxistas era complicado [...]. Então a visão comum de sociedade era que a família tinha que acabar e em termos teóricos, porque a sociedade em construção deveria ser uma sociedade em que a família não fosse importante, mas não só isso, porque a família não explicava nada porque toda dinâmica estava na luta de classe. E eu não lido com o problema da classe, aliás, explico porque eu não lido com o problema da classe é que as populações que eu estudava não se enquadram no problema de classe propriamente dito. Você tem, na verdade, uma população muito fluida. A classe é uma construção teórica que não dá conta da diversidade desta população que não é propriamente um operariado, parte dela está na fábrica, mas ela entra e sai da fábrica também. Entram na fábrica, trabalham um tempo, faz um pecúlio... e aí fazia força para ganhar aquele dinheiro, aí abria um negócio por conta própria, daí falia, daí ia fazer bico. Como eu posso falar, analisar o processo de inserção dessa população na cidade, na metrópole, a partir de um conceito de classe? Não dava para mim. Então a Antropologia, nesse tempo, está um pouco nessa contramão, não em função de um antimarxismo, em função de uma dificuldade de você utilizar uma metodologia antropológica dentro de uma conceituação marxista. Daí depois entrou a ideologia e todo mundo ficou muito contente porque tudo a ideologia resolvia. Não adiantava mais falar em cultura, todo mundo falava em ideologia. E houve um período bastante complicado porque todos os meus alunos que viam fazer mestrado ou doutorado queriam estudar a ideologia de alguma coisa.

Essa tendência é referida por Eunice Durham quando analisa a pesquisa no Brasil no campo da antropologia em 1980 (Montero, 2004: 119), sobremaneira nos estudos dedicados a “antropologia das formas urbanas”. Nesse campo de interesse, há, como situa Eunice, “uma nítida preferência por temas políticos, com a preocupação de estudar os grupos socialmente desprivilegiados, econômica e politicamente oprimidos, assim como os movimentos sociais de protesto dessa população” (apud Montero, 2004: 124). Políticos, sim, mas não necessariamente afundados no radicalismo marxista que “desprovido de uma teoria do simbolismo e voltado para problemas macroestruturais das sociedades capitalistas que só são adequadamente captados na dimensão histórica, o marxismo não pode ser transposto de modo imediato para a interpretação dos resultados da investigação empírica limitada, qualitativa, multidimensional que caracteriza o trabalho de campo antropológico” (Durham, 1986: 24). Nesse artigo que escreve em 1986, intitulado “A pesquisa antropológica com populações urbanas: problemas e

perspectivas” para o livro *A Aventura Antropológica* organizado por Ruth Cardoso, Eunice refere-se ao sucesso dos estudos etnográficos com grande receptividade no público universitário. Pesquisas que tratavam do cotidiano e do familiar em nossa sociedade urbana tanto quanto do passado recente sobre valores e hábitos tanto em um bairro como Copacabana como na família operária ou em uma comunidade de base da Igreja renovada, etc (Durham, 1986: 17). Esse campo de produção bem sucedido, seguiu os trabalhos iniciais de pesquisa de Eunice e Ruth, experiências que repercutem junto a seus alunos de antropologia e de seus orientandos que tratam de temas como umbanda, pentecostalismo, catolicismo, vida na periferia, nas favelas, condições de vida da classe operária, o lazer popular, o feminismo, a pobreza, movimento sindical, etc. Já em suas pesquisas de campo iniciais, o tema da dinâmica cultural se modela e o mote de se dedicar ao estudo da família e rede de parentesco no âmbito de uma sociedade em transformação, é elaborado:

Quando eu comecei a trabalhar com os italianos, aliás antes mesmo quando eu comecei a fazer uma pequena análise de um grupo messiânico lá no interior de MG, eu estava estudando como é que eles se converteram e ali a conversão é toda por uma rede de parentesco. Então para falar como é que tinha sido a conversão eu já tive que entrar num problema de parentesco. Quando eu trabalhei com os italianos, a família se colocava como o espelho de todo processo, o processo de acumulação primitiva, o processo de trabalho, o processo de ascensão social [...] de modo que eu acho que não dá para entender italiano e a imigração italiana se você não entender a questão da família. Metade da minha família tem descendência italiana. Minha mãe era filha de italianos casados com brasileiros e isso não era surpresa. Então para mim o que foi surpreendente foi a importância da família na migração rural urbana dos brasileiros. Então aí me levou toda uma reflexão sobre a questão da família. Não é simplesmente um problema urbano, mas é um desmonte, uma crítica de uma visão do qual, digamos, a urbanização destrói a família. Eu estava trabalhando com modo de vida e para mim estava claro que esta família obviamente se altera no processo, mudam os laços familiares que constituem uma base fundamental, não só da sociabilidade mas de toda a possibilidade de inserção do migrante na sociedade urbana. É a família que dá o apoio. O migrante sozinho é uma figura anômica. E toda a minha análise do processo de migração era, na verdade um processo de reprodução e reconstrução familiar, com as pessoas migrando individualmente. Se tinha a impressão naquele tempo que imigração era tudo individual. Bom, talvez eu tenha sido a primeira a mostrar que não era. Mesmo quando ele migra sozinho ele tem primeiro o apoio de um lado da sociedade que ele parte, na qual ele deixa muitas vezes os irmãos mais novos, filhos, inclusive, a esposa, a mulher. E depois quando vem para cá o processo de trazer os parentes e recompor o novo, um grupo familiar de bases um pouco diferentes mas que de qualquer forma, mobiliza esses laços de parentesco.

Como esclarece Eunice, não é a dicotomia rural e urbano que era seu enfoque. Em seus estudos, era a ênfase sobre o processo em transformação, a inter-relação desses dois mundos em suas crises, conflitos e discontinuidades.

Então eu pego um novo, que não era tão novo, mas que era a passagem do velho para o novo porque a imigração estrangeira, especialmente a imigração italiana foi fundamental na concepção da sociedade paulista. Depois eu passei para estudar a migração rural - urbana que um segundo momento desse processo de transformação, quer dizer, depois da II Guerra Mundial, basicamente já tendo cessado,.... a imigração estrangeira para SP, um crescimento econômico muito rápido após a II Guerra, começa a se utilizar uma mão-de-obra brasileira de imigrantes, que vem em grande parte da zona rural.

Eles podem passar por outras cidades antes, mas uma população que não só vem da zona rural mas basicamente uma população que vem da sociedade tradicional. Então aí nós resolvemos dar um passo atrás para estudar a sociedade tradicional. Foi tentando interpretar as entrevistas que eu tinha em função de toda a bibliografia sobre a sociedade tradicional brasileira. E também foi muito surpreendente na verdade tendo vindo de uma análise de imigração italiana, desenvolvimento paulista etc. Pelo menos naquela época, na década de 60 fiquei extremamente surpresa em constatar a persistência da sociedade tradicional na zona rural brasileira, especialmente na zona de imigração, quer dizer, no interior de Minas, Bahia, o nordeste todo que são as grandes zonas de migração para SP. E daí botei isso no contexto. O contexto qual era? O contexto da urbanização, do desenvolvimento industrial, as novas possibilidades de emprego, sem negligenciar o peso da herança tradicionalista no ajustamento desses imigrantes. Novamente, era a sociedade brasileira que me interessava. Eu nunca fiz um corte conceitual entre a sociedade rural e a sociedade urbana, para mim essas duas coisas estão intimamente ligadas, sempre estiveram e o que eu estava estudando na verdade era o que? Era o desenvolvimento de uma sociedade urbano industrial. Mas esse urbano industrial também é uma transformação do campo e é uma destruição da economia tradicional. Tradicional o que é? É uma economia basicamente rural, ela está sendo basicamente destruída desse processo e daí nós temos um movimento migratório que é tal como eu defino, das zonas menos desenvolvidas para as zonas em desenvolvimento. Eu estou numa redistribuição interna de população, porque, aliás, tinha acontecido uma redistribuição da população escrava, porque o café de início se expande em SP com a importação de escravos do nordeste e de MG. Agora é a indústria que se expande com a importação por assim dizer de imigrantes rurais do nordeste de MG, botando a Bahia dentro desse contexto.

Eunice desenvolve sua pesquisa sobre o tema da imigração a partir da mudança da família de trabalhadores de origem italiana do campo para a cidade. Com ousadia, é no âmbito da família que os novos atores sociais e políticos da dinâmica da transformação da sociedade brasileira.

“Porque a família é o espelho de todo processo, o processo de acumulação primitiva, o processo de trabalho, o processo de ascensão social, [...] de modo que eu acho que não dá para entender italiano e a imigração italiana se você não entender a questão da família.”

A família é um eixo temático que estará presente em todo seu estudo seja sobre o mundo rural, seja na cidade. Uma motivação que se relaciona a uma pertença familiar italiana e a experiência de imigração e migração de seus familiares, mas que lhe é essencialmente desdobrada em uma questão antropológica. Indagava-se sobre o processo das relações familiares na condição urbana tangenciando uma reflexão crítica sobre as análises dualistas de causa e efeito da urbanização sobre o sistema familiar.

Impor-se no ambiente acadêmico com um tema pouco considerado pelos cientistas sociais na época, se colocava como mais um desafio na interface com as áreas vizinhas. E para tratar, no Brasil, as situações singulares vividas pela sociedade em transformação, Eunice traz de forma inovadora uma relação sistemática entre os conceitos de cultura e de ideologia, sobretudo a partir da perspectiva da dinâmica cultural, uma vez que “... o conceito de classe operária, tão valorizado na sociologia marxista, esclarecia muito pouco da dinâmica do processo” (Durham, 2004:29).

Eunice narra que o trabalho sobre imigração na cidade, tendo por objeto a família, se amplia em suas preocupações para as questões próprias da vida na periferia e dos movimentos políticos urbanos:

Depois junto ao trabalho com os imigrantes, inicio os trabalhos sobre periferia e movimentos políticos urbanos. Os movimentos sociais urbanos é mais ou menos todo ligado a essa temática porque ele trabalha basicamente com o mesmo tipo de população, quer dizer que a população do trabalhador não-qualificado de origem rural recente que é a grande massa que promove esse crescimento urbano desmesurado.

Para esse momento, Eunice destaca a transferência para o Departamento de Ciência Política e um diálogo nesse contexto, juntamente com sua colega Ruth Cardoso. Um diálogo também de resistência, sem dúvida, dado a conjuntura política de ditadura que se impôs na época.

A politização dos temas em antropologia, é uma guinada importante que conhecerá uma demanda favorável de público e intensificação de pesquisas no contexto urbano. Eunice Durham adota este eixo de discussão em artigos e livros. Sua monografia “A dinâmica cultural na sociedade moderna” apresentado na forma mimeografada na Anpocs, circulará entre professores e alunos de pós-graduação em todo o país. Trata-se de uma crítica ao ortodoxismo de marxistas e althusserianos, como diz Peter Fry, “de plantão” e que “viam a família, a escola e a indústria cultural apenas como ‘aparelhos ideológicos do estado’” (Fry in Durham, 2004: 13). Peter Fry também dá destaque a este artigo produzido para o Encontro anual da Anpocs em 1976, em que, segundo ele, Eunice “sem perder de vista as relações de poder entre produtores e consumidores da ‘cultura de massa’, propõe uma análise pautada numa relação dialógica (se não dialética) entre ambos (p. 13). Já nos anos 80, Eunice novamente faz circular um *paper* de grande repercussão na academia antropológica “Cultura e ideologia”.

Eu acabei escrevendo um trabalho sobre isso para dizer, para mostrar que algumas coisas dessa nova visão marxista, mas não era uma visão mais tradicional, exclusiva a questão da classe, mas as questões de produção que discutíamos. Mostrava que no fundo eu sempre preferia trabalhar como o conceito de cultura porque eu criticava uma visão de mistificação presente em toda abordagem ideológica, como se existisse, digamos, uma verdade que paira acima de todos. Era pior que o positivismo nesse ponto de vista. E que todo mundo estava sendo enganado. Isso é muito pouco antropológico. Diziam que religião de um povo primitivo não continha uma ideologia? Não tem sentido esta colocação. Então boa parte desta posição da Antropologia nas Ciências Sociais, deste período é uma posição um pouco difícil. Não tanto o pessoal do Rio, porque quando o pessoal do Rio trabalhava no Museu, eles vieram não das Ciências Sociais, eles vieram da geografia, da história. Eles não tinham essa pressão da Sociologia e da Ciência Política, ao passo que eu vim da Filosofia que, aliás, era um departamento só, Sociologia, Antropologia e Ciência Política era tudo junto, de modo que você tinha que fazer uma reflexão teórica que permitisse o enquadramento da Antropologia com estes cursos, inclusive.

Na realidade é neste contexto que Eunice lembra da importância de sua revisão crítica ao estudo de Malinowski. Da importância de restabelecer o impacto de sua obra sobre os estudos de natureza simbólica e do método etnográfico como prática de pesquisa essencial no estudo do Outro, relativizando seus próprios preceitos de formação e orientação cultural. Mas não só Malinowski como a fértil discussão levada na antropologia social britânica com Radcliffe-Brown, Evans-Pritchard, em suas fórmulas singulares de aprenderem e reverem a teoria durkheimniana. Eunice rende homenagem a estas referências conceituais argumentando que “o tempo todo estive tentando realizar esta costura, em que o social fornece a armação dentro da qual a amplitude, as variações e a dinâmica dos significados se explicitam” (Durham, 2004:35).

Eu tive que desmontar o medo de ler Malinowski porque na época você ia ser taxado imediatamente de reacionário. Tem histórias interessantes nessa perspectiva. Tem o movimento estudantil e os movimentos sociais. Na época o curso meu era sobre parentesco. E nada mais reacionário da perspectiva dos meus alunos, todos realizando a revolução libertadora comunista no Brasil, falar a respeito do parentesco, família. Então a gente tinha que arrumar um jeito. Em 68 até que eu consegui alguma coisa, porque depois de eu tentar convencer os alunos, quando chegou em maio que é dia das mães, eu cheguei na classe e perguntei: quem é aqui que não deu presente para as mães no dia das mães? E foi uma vergonha, os alunos morreram dando risada, porque só tinha um que não tinha dado o presente da mãe e daí eu perguntei: aonde é que tá a sua mãe? Morreu. Daí eu comecei então a mostrar que há elementos que tão muito presentes mesmo na vida dos revolucionários que é senão um parentesco pelo menos a família, de modo que nós precisamos ver por que ela persiste, com todo o seu atraso, por que ela persiste no Brasil. E depois para chegar no problema da cultura, do elemento simbólico, da representação eu arrumei um negócio ótimo. O Giannotti escreveu naquele tempo um lindo artigo que se chamava “O ardio do trabalho”, todo um artigo marxista, me deu muito trabalho para ler, muito difícil. Então eu pegava e dava o artigo para os alunos, aí ninguém entendia nada aí e eu explicava tudo direitinho, daí eu era encarada como uma pessoa legítima porque eu entendia o trabalho marxista do Giannotti. E daí eu pegava toda a questão da representação que está lá dentro, usando Malinowski aliás. Então a partir daí a gente conseguia um diálogo dentro das ciências sociais da época. Eu não acho que a gente fosse reacionária, de jeito nenhum, mas é que a gente estava trabalhando numa outra dimensão, e isso dava muito uma postura particular, porque eu trabalhava na faculdade de Filosofia de SP exatamente por causa desse confronto permanente da Sociologia com a Ciência Política e com a Antropologia. Porque no fundo todos nós queríamos ter uma mesma linguagem comum. Era a mesma sociedade que a gente estava estudando, deveria ter um jeito que o que um achava fosse válido para o outro, não podia fazer uma fragmentação absoluta dos campos. Então que acho que a Antropologia em SP foi sempre muito disciplinar. Eu usei muito Sociologia, Estatística, Política, e trabalhei na Ciência Política durante um bom tempo.

Para o tema da cidade, essa defesa foi essencial, pois com estes preceitos, uma geração de alunos estava estimulada a seguir na trilha da pesquisa etnográfica cuidadosa e articulada ao diálogo conceitual marxista da época, atenta ao tema das contradições próprias da sociedade capitalista, as relações de poder, de dominação e controle, da desigualdade e da marginalização. Não se tratava de uma defesa da teoria funcionalista malinowskiana ou estruturalista funcional, mas de consolidar “pressupostos básicos da pesquisa antropológica que, até hoje, não foram abandonados e são essenciais para o

trabalho de campo: o relativismo cultural e a inter-relação entre os diferentes aspectos da cultura e a integração entre ação e representação” (Durham, 2004: 32).

De fato a relação dinâmica entre ação e representação, organizados em função de sistema de valores, aparecerão de forma contundente nas premissas teórico-conceituais de uma leva de orientandos de Eunice Durham. Por outro lado, podemos considerar aqui, a partir desse trabalho defendido como livre-docência, *A reconstrução da realidade. A obra etnográfica de Bronislaw Malinowski, Ano de obtenção: 1973*, a emergência de um movimento de crítica cultural ao próprio trajeto da disciplina antropológica em face de uma crise das *epistèmes* explicativas que se delineava como irreversível no cenário acadêmico.

Eunice orienta na época alunos que atuam em São Paulo começando pela própria Ruth Cardoso na sua tese de doutorado sobre *Estrutura familiar e mobilidade social: estudo dos japoneses no Estado de São Paulo* (1972); Carmen Cinira de Andrade Macedo sobre CEB na periferia de São Paulo (1985); Alba Zaluar sobre vida e trabalho na periferia do Rio (1984); Elisabete Dória Bilac sobre *Família e trabalho feminino - a ideologia e as práticas familiares de um grupo de trabalhadores manuais de uma cidade do interior paulista* (1983); Paula Montero sobre as práticas mágico-terapêuticas na umbanda (1982) e Antônio Augusto Arantes que trata do Compadrio no Brasil rural (1970), mas que logo se voltará ao estudo das complexas tramas de relações de poder em torno do patrimônio urbano e espaço público.

Mas é ao se referir aos alunos, que Eunice Durham introduz em sua reflexão dois aspectos importantes no seu percurso: 1) o impacto do estruturalismo francês ou da teoria do simbolismo nos estudos de cultura e sociedade na antropologia brasileira, e 2) a relação intensa de troca acadêmica entre a USP e o Museu, com parte dos professores do Museu sendo orientados por Eunice Durham ou por Ruth Cardoso, sendo que aqui, de qualquer forma, acentua que era na USP que em grande parte, a pesquisa etnográfica na cidade e os estudos de antropologia no contexto urbano predominavam.

Junto a importância dos estudos de Lévi-Strauss sobre a produção simbólica das culturas e sociedades, apontando para o tema da universalidade da dimensão simbólica, Eunice aponta para outros autores que considera importantes em sua trajetória de ensino e pesquisa na USP destacando Marcel Mauss, Pierre Bourdieu, Victor Turner, Georges Balandier, Clifford Geertz e Marshall Sahlins, Louis Dumont. Autores cuja influência sintetiza no artigo “Uma história muito pessoal de meio século de antropologia na USP”, aqui citado como referência (2004).

Este percurso de influências se dá paralelo a uma guinada em sua trajetória nos anos 80 marcada pela atuação política, ou mesmo militância política em diversas instâncias de representação como a Associação Brasileira de Antropologia e na política universitária, primeiramente pesquisando o tema da universidade no âmbito da USP e posteriormente atuando na Capes e outras instâncias governamentais. Nesse percurso é fundado o Núcleo de Pesquisa sobre Ensino Superior (NUPES) de estudo, local de suas pesquisas e orientações nesse tema desde então.

Quem fundou o Nupes comigo foi o Simom Schwartzman, foi um levantamento da história do sistema público brasileiro. E diga-se de passagem, que eu saiba ninguém tinha feito essa história, olha isso, no início da década de 90. As pessoas falavam sobre a universidade, de que a universidade é uma minoria, de que você tem aqui as faculdades isoladas. A Instituição do Ensino Superior, diz que aceitável tem que ser uma universidade que tem que associar ensino com pesquisa. Mas daí se você vai olhar a realidade não tem nenhuma universidade desse tipo. Aliás, tem umas duas, mas mesmo assim a pesquisa é assim esporádica. E o resto? Toda reivindicação é sempre na base de um ideal de vida acadêmica baseada na pesquisa, na dedicação exclusiva. Você via por aí, pelas universidades, que o ensino era uma farsa. Na verdade a gente não tinha a menor idéia do que é um orçamento, do que é uma relação custo-benefício, de quanto custa o sistema. E depois quando eu fui para o governo a minha preocupação era saber quanto custavam as coisas. Então eu acho que a minha carreira foi cortada em função da universidade. E aí como a gente trabalha muito, fica sendo especialista sem querer, eu fui a única especialista em família. Já tinha enchido de família, não queria mais saber, já tinha escrito que eu queria sobre família e as pessoas vinham e queriam ser orientadas na área de família

O outro elemento que aborda é a intensa reciprocidade e troca acadêmica com os antropólogos radicados no Rio de Janeiro, em especial no Museu Nacional.

Boa parte da 1ª geração do Museu se formou conosco, quer dizer, o Roberto que é o pai do grupo do Museu, se formou aqui, fez doutorado aqui e depois os demais ou fizeram doutorado aqui ou fizeram no exterior, porque só a universidade de SP tinha doutorado naquele tempo. Não tinha outro lugar para fazer. O próprio desenvolvimento da Antropologia nesse período está muito relacionada com o doutorado. A introdução da pós-graduação e a necessidade de obtenção do doutorado estabeleceu uma relação forçada bastante grande entre SP e os demais centros porque as pessoas ficaram se conhecendo. Não creio que nós tenhamos tido uma posição dominante, de modo que as coisas aqui eram muito fluidas de modo que cada um depois tomou um caminho um pouco diferente mas que não precisava destruir o que a gente estava fazendo do lado de cá.

Nessa relação de vizinhança, Eunice chama a atenção para o fato de que em grande parte, os trabalhos na USP se dedicaram a grupos populares e ao tema da pobreza enquanto que no Rio de Janeiro as camadas médias passaram a receber uma atenção significativa nas pesquisas de antropólogos como Gilberto Velho.

Então daí dava uma boa complementaridade, a gente não precisava ficar disputando primazia de idéia. E depois foi com a Alba, que eu orientei aliás, que a gente entrou com a parte firme da Antropologia, porque a Antropologia carioca mesmo não é a parte das periferias, das favelas e que juntou um pouco com o pessoal do Gilberto que trabalhava com Copacabana e Roberto que trabalhava com o carnaval, futebol, etc.

Em ambos o arsenal conceitual elucida uma trilha intelectual que segue uma tendência internacional de debates teóricos e epistêmicos. Para a geração dos anos 80 a 90, refere a importante predominância de conceitos como ideologia, identidade, pessoa, indivíduo, individualismo, hierarquia, holismo, *ethos*, que valorizam a dimensão simbólica de grupos e indivíduos no contexto urbano. Importa reconhecer então a diversidade com que essas noções podem ser reconhecidas em grupos culturais diferentes. A ideologia desliza para um conjunto predominantes de idéias em um sistema de valores, de certa forma se despolitizando em prol da relatividade e crítica a noções aparentemente naturalizadas como universais.

Eunice avalia para os anos 80, o seguinte deslize semântico:

“É que, ao mesmo tempo em que os antropólogos se politizam na prática de campo, através de seu engajamento crescente nas lutas travadas pelas populações que estudam, despolitizam os conceitos com os quais operam, retirando-os da matriz histórica na qual foram gerados e projetando-os no campo a-histórico da cultural. Mas escolhem justamente aqueles conceitos que originalmente possuíam uma dimensão política muito clara. No fundo, o que estamos fazendo é operar os conceitos de tal modo que, evitando o tratamento direto da problemática social e política que neles está contida, preservamos uma alusão a essa problemática que, afinal de contas, é essencial para a compreensão da realidade brasileira” (Durham, 1986: 32).

Referente a predominância dos estudos sobre proletariado, pobreza, populações na periferia urbana, condições de trabalho, lazer, formas de sociabilidade, Eunice convoca sua parceria com Ruth Cardoso para lembrar de inúmeros seminários e atividades de pesquisa que privilegiavam a prática etnográfica da observação da vida cotidiana, em que a desigualdade social, a segregação espacial, os conflitos de gênero e geração, conhecem os desdobramentos de uma geração de orientados que, seguindo a trilha configurada, dão continuidade ao projeto de desenvolver estudos de antropologia urbano no Brasil ou estudos de sociedades complexas no Brasil, como apontamos nos trabalhos videográficos com José Guilherme Cantor Magnani, Tereza Caldeira, também com Gilberto Velho, Ruben Oliven e em breve com Alba Zaluar.

Eunice avalia que nessa continuidade, duas tendências se destacam nos estudos que pesquisam nas cidades:

“De um lado, a valorização dos métodos qualitativos tradicionais de investigação empírica, com ênfase na observação participante. E, de outro, a preocupação com a análise da dimensão simbólica, dentro de uma abordagem basicamente culturalista: o conceito de cultura (...) volta a ser amplamente utilizado e existe, inclusive, uma recuperação de certos aspectos do culturalismo americano. Mesmo as tentativas de aproximação com o marxismo têm sido feitas preferencialmente através do conceito de ideologia, que remete diretamente à dimensão simbólica do comportamento social” (Durham, 1986: 25).

Eunice discorre então para as mudanças no próprio processo do exercício etnográfico, onde o tema da subjetividade do pesquisador pesquisando sua própria

sociedade acrescenta novos aspectos a serem considerados. Refere-se a facilidade da comunicação lingüística, o uso de equipamentos de gravação e captação que supervalorizam a tomada de depoimentos e diálogos: “Privilegiando-se dessa forma os aspectos mais normativos da cultura, a técnica de análise do discurso assume importância crescente” (Durham, 1986: 26).

Eunice alerta então para a importância de avançarmos nessa discussão em face de nossa experiência de estudar nossa sociedade complexa, fragmentada e globalizada. Para nós, nesse artigo de 1986, Eunice aponta para o tema da memória como um procedimento relevante para tratar da experiência vivida relacionadas aos processos de sua produção, no tempo, diríamos, nas camadas do tempo vivido que podemos investigar não nos limitando a “reconstituir as sombras que essa história projeta na consciências dos homens” (Durham, 1986: 34) mas estar atentas aos jogos da memória transgeracionais, uma fenomenologia da memória, nos termos de Paul Ricoeur e que para nós converge com o nosso projeto de desenvolver uma etnografia da duração (Eckert e Rocha, 2005). Para nós, a narrativa desses antropólogos, problematiza as descontinuidades conceituais tanto quanto as reinterpretações que efetivamos lendo suas narrativas de suas aventuras antropológicas e etnográficas na cidade.

Para complementar essa apresentação, convidamos para assistirem o documentário sobre/com Eunice Durham que será exibido nesta Anpocs, na sessão de Mostra de vídeos “portraits”.

A aventura antropológica na cidade

A opção pela pesquisa sobre o processo imigratório e migratório dos japoneses no Brasil foi o tema de doutorado que Ruth Cardoso. Ruth interpreta que esta escolha foi a forma de inserir-se no campo de produção temático que se destacava como central no processo de formação das cidades brasileiras: Imigração, Urbanização e Industrialização. Esta linha de preocupação convergia com o apogeu dos debates entre estudantes marxistas da USP e outros centros de formação sobre a luta de classes sociais e um projeto de redemocratização do país.

Assim como Eunice, Ruth investe em pesquisar sobre como grupos imigratórios de imaginários milenares se inserem no processo de urbanização. Desenvolver este projeto a partir de uma perspectiva metodológica antropológica era também uma ousadia de Ruth Cardoso, que terá em suas preocupações, o fazer etnográfico na cidade

junto a estas populações que se inseriam de formas diversas e plurais nesta nova realidade urbana.

As leituras de Marx e Althusser, discutidas em sala de aula, se conjugavam com a herança dos antropólogos que lhes orientavam no cotidiano acadêmico. Predominantemente voltadas ao tema indígena, a questão da relativização do Outro também no contexto urbano no processo de transformação da sociedade brasileira, se consolidava nos cursos de antropologia. O tema das minorias perpassava os diferentes territórios do país, na condição do campo, na condição da cidade. Neste processo a leitura dos estudos urbanos da Escola de Chicago e de estudos sociológicos sobre desenvolvimento, poder e ideologia, permitiam que a pesquisa antropológica articulasse, a sua maneira, a questão do Estado moderno no Brasil em suas contradições.

O eixo de discussões sobre as relações entre dominantes e dominados, entre índios e brancos, entre minorias e instituições, perpassava o clima intelectual da época. O mote ético de conhecer a si mesmo no Outro, e a sua própria sociedade no confronto com as Outras, tecia os saberes e as práticas da pesquisa antropológica na cidade. Com a complexidade de que era a própria cidade o lugar da transformação a ser observado e interpretado. Para Ruth Cardoso o fazer antropológico na cidade construía um saber político a ser vivido no exercício da pesquisa entre pesquisador/pesquisado, sobre os processos de mudança. Esta aventura antropológica instigava para o exercício reflexivo sobre as transformações do método etnográfico na pesquisa junto a grupos urbanos.

Sua trajetória acadêmica em São Paulo foi interrompida pelo processo político refugiando-se no Chile. Em seu retorno, o engajamento no CEBRAP, são aspectos presentes na sua entrevista para tratar da guinada por uma antropologia que se respaldasse de um debate político sobre sua própria sociedade e cidade. Uma linha de pesquisa que abrigará uma geração de orientandos voltados para a prática de etnografar na cidade: Gilberto Velho sobre camadas médias no Rio de Janeiro, José Guilherme Cantor Magnani sobre a cultura popular na periferia da cidade, Tereza Caldeira sobre o cotidiano dos moradores da periferia e o que pensam do poder e dos poderosos, Maria Lucia Montes sobre cidade e cidadania.

Para não nos alongarmos e sermos repetitivas, passamos agora nesse GT, para a exibição do documentário com Ruth Cardoso, para apreciação filmica de sua trajetória acadêmica.

Conclusão

Nesta perspectiva pretende-se seguir as trilhas dos estudos etnográficos nos contextos urbanos que aderem as imagens de uma meditação temporal pela flexibilidade do “movimento intelectual hermenêutico” (Soares, 1998: 69), em outra, pela forma como estas etnografias interpretam o viver na cidade como “produto íntegro do relato que, recortando e traduzindo, infudem significação e reinventam sua referência empírica, tornando-a inteligível e, portanto, comunicável” (Soares, 1998: 69).

Sugere-se o reconhecimento no inter-relacionamento de suas obras e orientações, de uma “epistemologia do conhecimento” orientadora de uma atualização dos estudos da memória coletiva do viver urbano e neste sentido de um “efeito de estilo” dos estudos antropológicos nas cidades. Neste ínterim, interpreta-se “as diferentes especificações e individuações” (Cardoso de Oliveira, 1995: 183) dos estudos da disciplina “antropologia urbana” no contexto nacional. Não se trata de identificar aqui o que Mariza Peirano define por “nacionalismo metodológico” (Peirano, 2006: 78 a 86). Justamente pelas especificidades que a autora aponta para a trajetória cosmopolita na formação das ciências sociais no Brasil, investiga-se esta qualidade da contextualização histórica, social e cultural dos estudos, interpelando a produção antropológica a partir do reconhecimento dos temas urbanos contemporâneos tomando “o nós como outros” (Peirano, 2006: 86).

Referências

- ARANTES, Antônio Augusto. 1999. **Paisagens paulistanas, transformações do espaço público**. São Paulo, Ed. Unicamp.
- BOURDIEU, Pierre. 1979. **La distinction: critique sociale du jugement**. Paris, Ed. de Minuit.
- CALDEIRA, Tereza P. 2000. **A cidade de muros**. São Paulo, Edusp, Ed 34.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. 1995. “Notas sobre uma estilística da antropologia”. In: CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto e RAUL RUBEN, Guilherme (Org). **Estilos de Antropologia**. Campinas, Ed. Unicamp, p. 177 a 190.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. 2000. **O trabalho do antropólogo**. São Paulo, Unesp, 2000.
- CARDOSO, Ruth Corrêa Leite. 1972. **Estrutura familiar e mobilidade social: estudo dos japoneses no Estado de São Paulo**. Tese Doutorado Antropologia Social, USP. Orientador: Eunice Ribeiro Durham.
- CASTRO, Celso et alli. 2001. Entrevista com Gilberto Velho. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 28, 2001.
- CORREA, Mariza. 1987. **História da antropologia no Brasil (1930-1960) Testemunhos: Emílio Willems, Donald Pierson**. São Paulo, Vértice, Ed. Revista dos Tribunais e Campinas, Edit. Unicamp.
- DE CERTEAU, M. 1994. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis, Vozes.
- DURHAM, Eunice. 1973. **A caminho da cidade**. A vida rural e a migração para São Paulo. 2. ed. São Paulo: Ática.
- DURHAM, Eunice. 2004. **A dinâmica da cultura**. São Paulo, CosacNaify.
- DURHAM, Eunice e CARDOSO, Ruth. 2007. Conversa com Eunice Durham e Ruth Cardoso. In: GROSSI, Miriam et alli. 2007. **Conferências**. Blumenau, Nova Letra. p. 221 a 242.
- DURHAM, Eunice. 1986. A pesquisa antropológica com populações urbanas: problemas e perspectivas. In: CARDOSO, Ruth. **A Aventura Antropológica**. Rio de Janeiro, Paz e Terra. p. 17 a 38.
- DURHAM, Eunice. 2006. A relevância da antropologia. In: ECKERT, C. e GODOI, E. P. (Org). **Homenagens. Associação Brasileira de Antropologia 50 anos**. ABA, Blumenau, Nova Letra. p. 85 a 94
- ECKERT, C.; ROCHA, A. L. C. 1988. A interioridade da experiência temporal do antropólogo como condição da produção etnográfica. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 41, n. 2, p. 107-135.
- ECKERT, C.; ROCHA, A. L. C. 2003. Etnografia de rua: estudo de antropologia urbana. **Revista do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade da UNICAMP**, Campinas - SP, v. 9, p. 101-127.
- ECKERT, C.; ROCHA, A. L. C. 2004. O antropólogo na figura do narrador. **Revista Habitus**, Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia, Universidade Católica de Goiás, Goiânia, v. 1, n. 2, p. 395-420.
- ECKERT, C.; ROCHA, A. L. C. 2005. **O tempo e a cidade**. Porto Alegre, Ed. UFRGS.
- ELIAS, Norbert. 1990. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.
- FOUCAULT, Michel. 2001. **Arqueologia do Saber**. São Paulo, Forense Universitária.
- GROSSI, M; ECKERT, C; FRY, P. (Org.) 2007. **Conferências e diálogos: saberes e práticas antropológicas**. Blumenau, Nova Letra, 2007.
- HALBWACHS, M. 1968. **La mémoire collective**. Paris, PUF.

- L'Ecole de Chicago. 1979. **Naissance de l'écologie urbaine**. Textes traduits et présentés par Yves Grafmeyer et Isaac Joseph. Paris, RES Champ urbain, Aubier.
- MAGNANI, José G. C. 1988. **Festa no Pedaco**: O Circo-Teatro e outras formas de Lazer e Cultura Popular. Doutorado em Ciência Social USP, Brasil. 1982. Orientador: Ruth Corrêa Leite Cardoso .
- MELATTI, Julio Cezar Melatti. 1984. A antropologia no Brasil: um roteiro. **BIB**, Rio de Janeiro, n. 17, pp. 3-52.
- MONTERO, Paula. 2004. Antropologia no Brasil: tendências e debates. In: TRAJANO FILHO, Wilson e RIBEIRO, Gustavo Lins (org. O campo da antropologia no Brasil. Rio de Janeiro, Contra Capa. p. 117 a 142.
- MORAES FILHO, E. (Org.). **Simmel**. São Paulo, Editora Ática.
- OLIVEN, Ruben. 1980. **Urbanização e mudança social no Brasil**. Petrópolis, Vozes.
- PEIRANO, Mariza. 1995. **A favor da etnografia**. Rio de Janeiro, Relume Dumará.
- PEIRANO, Mariza. 2006. **A teoria vivida e outros ensaios de antropologia**. RJ, Jorge Zahar.
- PEREIRA, João Baptista Borges. 1994. Emilio Willems e Egon Schaden na história da antropologia. **E. AV.** vol. 8, n. 22. São Paulo, sep/Dec.
- RABINOW, Paul. 1999. **Antropologia da Razão**. RJ, Relume Dumará.
- RICOEUR, Paul. 2000. **Teoría de la interpretación, discurso y excedente de sentido**. Madrid, Siglo Veintiuno Editores, Universidad Iberoamericana.
- SIMMEL, Georg.. 1979. In: VELHO, Otávio G. (org). **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro, Zahar.
- SOARES, Luiz Eduardo. 1988. Trotsky & Travesti. In. LEITE, Ilka B. (Org). **Ética e estética na antropologia**. Florianópolis, PPGAS UFSC, Cnpq, p. 67 a 77.
- VALADARES, Licia do Prado (org). 2005. **A escola de Chicago. Impacto de uma tradição no Brasil e na França**. Belo Horizonte, Ed. UFMG e Rio de Janeiro, IUPERJ.
- VELHO, G. 1989. **A utopia urbana**, um estudo de antropologia social. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.
- VELHO, O. (org.). 1979. **O Fenômeno Urbano**. Rio de Janeiro, Zahar.
- WAGNER, Helmut R. (Org. e Introdução). 1979. **Fenomenologia e relações sociais**. Textos (escolhidos de Alfred Schutz. RJ, Zahar.
- ZALUAR Alba. 1984. **A máquina e a revolta**. Tese Doutorado Antropologia Social, USP, 1984. Orientador: Eunice Ribeiro Durham.